

EDITORIAL

Nesta Edição apresentamos um conjunto de artigos especialmente selecionados. A *Conhecimento Interativo* traz estudos de caso, artigos de discussão teórica, resenhas e um relato de experiências. Os estudos de caso apresentados foram desenvolvidos na indústria automobilística e na capacitação de taxistas no Município de São José dos Pinhais. Enquanto os estudos teóricos, nesta edição, se restringem à temática jurídica.

O primeiro estudo de caso é de autoria do Mestre Leandro Wiemes e do Doutorando Giles Balbinotti, intitulado “A padronização de processo produtivo em uma indústria automobilística: uma análise teórica-prática”, esse estudo ressalta os benefícios da padronização de processos na produção dentro de unidades fabris. É um texto que descreve métodos e resultados dentro de uma unidade de produção. E o segundo é de autoria da graduada em Administração e servidora efetiva da prefeitura Municipal de São José dos Pinhais Claudete de Oliveira e da Engenheira Florestal com MBA em Negócios Internacionais Nayara Guetten Ribaski, com o trabalho intitulado “Estudo sobre o clima organizacional na autarquia de previdência social dos servidores públicos do Município de São José dos Pinhais – PR (Prev São José)”, esse trabalho buscou identificar as variáveis que influenciam no nível de satisfação e motivação dos servidores da Prev São José, a partir da análise de questionários preenchidos pelos próprios servidores da respectiva autarquia. As autoras além da conclusão da análise dos dados fazem recomendações para a manutenção e melhoramento de clima organizacional da Prev São José.

Dentre os artigos teórico-jurídicos inicia-se com o artigo do Mestrando Luis Roberto Ahrens, intitulado “Algumas considerações sobre a efetividade da tutela jurisdicional e seus efeitos na precificação”, e se trata da necessidade e do direito à efetividade da tutela jurisdicional, “*sendo um direito indispensável para o bom e adequado exercício da atividade empresarial*”. Suscita o princípio da garantia constitucional da inafastabilidade da jurisdição e a aplicação dos princípios constitucionais. Conclui que há extrema necessidade de se outorgar efetividade, segurança jurídica e previsibilidade aos negócios jurídicos, sob pena de “*se acarretar evidente ônus aos jurisdicionados e aos cidadãos pois tais fatores de risco integram o cálculo do preço que os grandes agentes econômicos – as grandes empresas – cobram por seus produtos e serviços*”. O artigo seguinte de autoria do Especialista Caio Marcelo Cordeiro Antonietto, intitulado “Conceito de funcionário público na lei penal: uma análise do artigo 327 do Código Penal”, traz a discussão sobre problemas

existentes em torno do conceito de funcionário público, num contexto jurídico integral e a necessidade de um aprofundamento teórico do conceito na lei penal brasileira. Já o artigo da Mestranda Adriana Martins Silva, intitulado “A constitucionalização do direito privado e a função das cláusulas gerais em respeito aos princípios fundamentais”, aborda a forma de operacionalização dos direitos fundamentais constitucionalmente previstos no âmbito do direito privado. Defende a importância de se analisar os fenômenos contemporâneos do direito privado em contexto com o princípio da boa-fé do atual direito das obrigações e da jurisprudência valorativa.

Destaca-se nessa edição a temática do direito do trabalho que aparece em quatro artigos. O primeiro deles é de autoria dos alunos de administração da FAMEC Alexandre Luiz Adams; Elcio Luis Pereira; Luciana Aparecida da Silva Castor; Roberval Sabio Ruiz ; Solange Bedin da Silva; Valdomiro Crefta; e do Mestre Eli Carlos Dal’Pupo, intitulado “Elementos reflexivos para a qualidade de vida no trabalho”, nesse artigo o foco dos autores é a defesa da qualidade de vida, inclusive no trabalho, discutem os conceitos de Síndrome de Burnout, de endomarketing, *workaholics*, concluindo que não basta que a empresa se preocupe com o trabalhador, é preciso que ele também dose trabalho, dividindo seu tempo à família, lazer e outras atividades necessárias à qualidade de vida para evitar problemas de saúde futuros. O segundo texto é de autoria da Mestranda Ana Beatriz Ramalho de Oliveira Ribeiro, intitulado “As restrições ao exercício do poder potestativo empresarial frente às ações afirmativas existentes no ordenamento jurídico nas relações de trabalho”, que trata do poder potestativo do empregador e sua limitação frente às políticas de discriminação positiva e imposição de cotas para contratação de pessoas com deficiência. Analisa ainda, estatisticamente, se há efetividade e eficácia da referida medida nas relações de trabalho. O terceiro artigo dessa temática é do Mestrando Cleverson Jose Gusso, intitulado “A responsabilidade por débitos trabalhistas no contrato de trespasse: breve análise do caso”, que traz a discussão sobre a responsabilidade trabalhista das empresas no contrato de trespasse, a posição atual da jurisprudência que entende pela responsabilização da empresa sucessora. Cita ainda, decisão do Tribunal Superior do Trabalho que entendeu pela manutenção da condenação da empresa alienante, de forma solidária, ao pagamento das verbas trabalhistas oriundas no período em que os empregados laboraram em seu favor, bem como pela condenação subsidiária com referência ao período em que os empregados trabalharam exclusivamente para a sucessora, ou seja, após o trespasse do estabelecimento comercial. O último artigo desse grupo é de autoria do Mestrando Luiz Antonio Grisard, intitulado “Perspectivas do direito coletivo no Brasil: os desafios do sindicalismo contemporâneo e o

debate entre unicidade e pluralidade sindical”, que faz uma crítica ao modelo de unicidade sindical existente no país. Descreve que o referido formato fere a liberdade e limita as funções e a importância das entidades de representação na efetiva proteção de seus direitos.

Por fim, na sessão de artigos encerramos com os textos da Mestra Adriana Martins Silva e do Mestre Sérgio Manuel Fialho Lourinho. A primeira aborda a questão da “Constitucionalização do direito privado e a função das cláusulas gerais em respeito aos princípios fundamentais”, discutindo a operacionalização dos direitos fundamentais previstos na Constituição Brasileira, no âmbito dos direitos privados, e o atendimento às exigências de um Estado Democrático de Direito. E o segundo apresenta o artigo intitulado “A mora transcendental de Kant”, no qual o autor expõe um pequeno estudo com o objetivo de realizar uma abordagem didática do assunto que guiou o filósofo de Königsberg desde a Fundamentação da Metafísica dos Costumes até à Metafísica dos Costumes passando pela Crítica da Razão Prática.

Na seguinte parte apresentamos a resenha da Doutoranda Karyn Cristine Cavalheiro sobre a filosofia da mente e para isso comenta a obra de Steven Pinker, intitulada “Do que é feito o pensamento: a língua como janela para a natureza humana”, na qual o autor trata de questões sobre como o pensamento se relaciona com o mundo.

Para encerrar essa edição está a sessão de relato de experiências que contou com a colaboração da mestra Eliana Hanae Buosi e do mestrando Eduardo Vaz da Costa Jr., que nos contam o processo de implantação, as experiências e perspectivas do Núcleo Multidisciplinar de Estudos e Práticas de Sustentabilidade na FAMEC.

A Conhecimento Interativo agradece à FAMEC pelo apoio institucional, e a participação de todos os autores que contribuíram para o enriquecimento de discussões práticas e teóricas nos textos que foram selecionados para essa edição. Renovamos nosso convite para que acadêmicos, professores e profissionais contribuam para a discussão interdisciplinar sobre temas que envolvem a FAMEC e as indústrias do Paraná.

Dra. Clarissa Bueno Wandscheer

Dr. Eduardo Oliveira Agostinho

Editores